

APRESENTAÇÃO

A melhor forma de contar uma história inúmeras vezes já contada — e tão poucas o foram como a do Congresso Constituinte de 1987-1988; lá se vão trinta anos — é descobrir o que dela restou, por inédito ou mal contado. Restou, por exemplo, que o ex-presidente José Sarney resolveu abrir o jogo sobre os vinte meses em que terçou armas com a Constituinte — metade do tempo acoessado, a outra metade acoessando.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, constituinte de escol, também falou sem papas na língua — “Quem me escolheu relator do regimento foi o dr. Ulysses, autoritariamente” —, sem nenhuma condescendência com o amigo já falecido Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte.

Se os leitores quiserem escolher o cristo do livro, Covas é um forte candidato. É citado muitas vezes, entre outros motivos, por sua pinimba com o constituinte maior, o deputado e “tripresidente” (do Congresso, da Constituinte e do PMDB) Ulysses Guimarães. Ou, muito mais grave, por ter se recusado a concordar com uma proposta que mudaria o rumo da história e da Constituinte: o parlamentarismo, com cinco anos de mandato, que Sarney autorizou o senador José Richa (PMDB-PR) a levar ao dr. Ulysses. Até aqui era uma história incompleta. Com o depoimento dos principais protagonistas vivos — Sarney, Fernando Henrique, José Serra, Euclides Scalco, Nelson Jobim —, ela fica inteira. Os quatro últimos culpam Covas — sem piedade. Poderiam ter culpado a si próprios — afinal, majoritários. Sarney ficou esperando a resposta “até hoje”, como disse.

O tri-ex-ministro (da Justiça, do Supremo e da Defesa) Nelson Jobim, qualificado amanuense do agitado e problemático conclave, contou até que precisava de um codinome — “dr. Ricardo” — para atender o dr. Ulysses na frente de Mário Covas, que morria de ciúmes. Jobim reconheceu, quase trinta anos depois, baseado em sua implacável lógica matemática, que a rebelião de centro-direita do Centrão não só tinha justos motivos, como foi decisiva para que a Carta finalmente viesse à luz. Centrão muito mais do atraso do que da direita, dirá o hoje ministro José Serra, outro ex-expoente daquela assembleia.

O atual vice-governador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, abriu um segredo que guardou por quase trinta anos: apanhou, literalmente, do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, por se recusar a votar no mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Na pressão, junto com ACM, estava o presidente das organizações Globo, Roberto Marinho. Nem de madrugada o dr. Roberto deixou Dornelles em paz. O jornalista-empresário também não gostava de Mário Covas. “Esse é comunista”, disse a Fernando Henrique Cardoso, vetando qualquer possibilidade de vir a eventualmente apoiá-lo em uma disputa presidencial.

A Globo também esteve presente na Constituinte — não só na cobertura de seus diversos veículos de mídia —, mas como corporação empresarial. É o que conta o advogado Fernando Ernesto Corrêa, que atuou naquele momento como um dos lobistas da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Segundo Corrêa, parte do capítulo constitucional dedicado à Comunicação foi ele mesmo quem escreveu, em parceria com outro gaúcho que também pesou na balança, o então deputado e hoje empresário Antônio Britto, constituinte pela popularidade que lhe deu ser porta-voz do presidente Tancredo Neves naquelas semanas de agonia.

Volta e meia um ou outro entrevistado o lembrará. Começando pelo neto, o hoje senador Aécio Neves. Na época, parlamentar de primeira água, ouviu estupefato a Constituinte esquecer de citar seu avô na sessão solene de abertura dos trabalhos, em 1º de fevereiro de 1987. Protestou no dia seguinte, pedindo um minuto de silêncio em homenagem ao “mártir da Constituinte”. Revelou, também, num átimo de maldade, que a escalação do então deputado Luiz Inácio Lula da Silva para o jogo de futebol dependia dele, técnico do time, que às vezes deixava o líder sindical entrar só no finalzinho do segundo tempo, e somente se estivesse ganhando, “porque ele era muito ruim” [gargalhadas]. Como o ex-presidente Lula recusou-se a falar, fique-lhe a pecha de perna de pau.

Até aqui (junho de 2016), Lula foi o quarto constituinte que chegou a presidente da República. O primeiro foi Itamar Franco, depois Fernando Henrique Cardoso, Lula e Michel Temer, outro a aqui prestar seu depoimento. Uma das histórias que contou foi a sugestão, aceita, de acrescentar ao artigo 2º que os três poderes da República deveriam ser independentes e harmônicos entre si. Na confusão que reinou na segunda fase, o detalhe, crucial em um regime presidencialista, fora esquecido.

Há novidades, também, em outra recorrente história da Constituinte: a derrama das concessões de rádios e televisões, pilotada pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, em troca de votos que interessavam ao governo Sarney. Alguns deputados contarão que receberam concessões. Outros, que ajudaram o governo a dá-las. O “é dando que se recebe”, frase histórica do constituinte Roberto Cardoso Alves, o Robertão, carimbou para sempre a briga de foice no escuro daqueles tensos e intermináveis meses.

Quatro ou cinco anos de mandato devem ser as palavras mais repetidas deste livro. A discussão dominou a Constituinte — do começo ao fim. Ou aviltou-a, como preferiu dizer o ex-senador Jorge Bornhausen. O presidente Sarney ganhou a fama de querer mais um ano. A verdade é que tinha direito a seis, garantidos pela Constituição da ditadura. Um belo dia, resolveu propor um a menos, em pomposo pronunciamento na TV. Nunca explicou publicamente o porquê da generosidade — até a longa e reveladora entrevista que abre este livro. Até o general Ernesto Geisel entra na história. Como se sabe, ele foi o penúltimo presidente do regime que a dissidência (ou traição) de Sarney ajudou a derrubar.

Também abriu a arca o relator da Constituinte — ou da Comissão de Sistematização da Constituinte —, o advogado Bernardo Cabral. Esclareceu e revelou — sem se furtar de dar o troco ao seu amigo e depois desafeto maior, o advogado Saulo Ramos, amigo e consultor-geral da República de Sarney. É quase unânime, no calhamaço que segue, que sem a flexibilidade de Cabral teria sido muito mais difícil parir Mateus. Flexibilidade, no caso, no bom e no mau sentido. Cabral era um velho amigo do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército de Sarney. O general contou que pesou na balança para que o amigo fosse o relator da importante e longa confusão que jogou a pá de cal na ditadura. Contou, também, que foi de firme inflexibilidade quando Cabral balançou para o lado errado (na visão do general, que há pouco partiu). Ainda o ouço, enérgico, em seu apartamento do Leblon:

“O senhor é de esquerda?”

“Não se preocupe com isso, general, falemos da Constituinte.”

A entrevista é gravemente curta, como cabe a um homem de armas. Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), primeiro-secretário da mesa da Constituinte e responsável por todo o aparato de divulgação — TV, rádios e jornais —, resolveu contar que suas câmeras flagraram dois deputados fraudando votos, motivo, até, para a cassação dos mandatos. Com o assentimento do dr. Ulysses, resolveu abafar o caso e sumir com as gravações, “para preservar a Constituinte”, como argumentou.

Já disse, aí por cima, que o Congresso Constituinte começou com seus 559 integrantes no primeiro dia de fevereiro de 1987 — um domingo —, em sessão solene presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves. Estavam na mesa, entre outros, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o da República, José Sarney (nessa ordem de importância, naquele momento). As manchetes dos quatro principais jornais trazem a história de volta: “Brasil escreve sua nova Constituição” (*O Estado de S. Paulo*), “Crise marca abertura da Constituinte” (*Folha de S. Paulo*), “Constituinte se instala em clima de polêmica” (*O Globo*), “Sarney se diz traído e PMDB recua” (*Jornal do Brasil*).

Dos 559, eram 487 deputados e 72 senadores. Desses, 23 haviam sido eleitos em 1982 — ainda tinham, portanto, quatro anos de mandato. O PMDB — lotado de ex-arenistas e/ou pedessistas — fez a maior bancada, de 298 deputados (53,3%), numa eleição em que o partido ganhou de lavada, no último suspiro do Plano Cruzado, elegendo 26 de 27 governadores. A segunda bancada, com 133 parlamentares, era a do PFL — o aliado da Aliança Democrática

que levara à eleição indireta de Tancredo e Sarney, em 15 de janeiro de 1985. O PDS vinha em terceiro, com 38, seguido de: PDT, 26; PTB, 19; PT, 16; PL, 7; PDC, 6; PSB, 2; PCB, 7; e PCdoB, 7. Do total, 274 eram calouros, apenas 26 eram mulheres, 7 e 217 tinham passagem pela Arena e/ou PDS, partidos de apoio à ditadura (1964–1985). A idade média era 48 anos, e 486 (86,9%) tinham curso superior, a maioria bacharéis em Direito (243) e médicos (49).

Dois levantamentos dão ideia aproximada do perfil ideológico do Congresso Constituinte. No da *Folha de S.Paulo*: 32% eram de centro; 24%, centro-direita; 23%, centro-esquerda; 12%, direita; 9%, esquerda. No da assessoria Semprel: 35% eram do campo liberal-conservador; 25%, direita; 21%, liberal-reformista e 12%, esquerda. Contando-se apenas PT, PSB, PCB e PCdoB, a esquerda somava 32 constituintes.

O primeiro movimento do jogo — de xadrez, com abertura do peão da rainha — foi o questionamento sobre a participação com direito a voto dos 23 senadores de 1982, que obviamente não foram eleitos para nenhuma Constituinte.

A questão já estava resolvida, a rigor, desde 27 de novembro de 1985, dia em que o Congresso aprovou, com poucas modificações, e por maioria, a convocação limitada proposta pelo presidente José Sarney, que absurdamente ungiu os senadores de 1982 como constituintes de pleno direito. Houve contrariedades acirradas, mas foi aprovada, assim como o formato proposto — não uma Constituinte exclusiva, mas um Congresso Constituinte, em que a Câmara e o Senado continuariam funcionando normalmente.

Perdida a parada em 1985 — contada em detalhes inéditos na entrevista do jurista Flávio Bierrenbach, primeiro relator da proposta de Sarney —, a esquerda tentou reeditar a discussão, no começo da festa. Foi a primeira votação a ser realizada, no dia da abertura solene. Uma coesa maioria soterrou o protesto e convalidou a participação dos 23.

(...)

Acrescentei, antes da sequência de entrevistas, subsídios necessários para entender o contexto. Prevaleram as histórias dos bastidores — que ajudam a acender mais uma luz em uma história que já é solar. Todos os entrevistados dirão, cada qual a seu modo, e a par das críticas, que a Constituição de 1988 melhorou o Brasil — seja por ter sepultado a ditadura sob sete palmos, vade retro, seja por ter acolhido, como cláusulas pétreas, conquistas democráticas e direitos sociais que apontam para um futuro melhor. O mais é avançar, como se diria naqueles tempos.

LUIZ MAKLOUF CARVALHO